

As representações sociais de profissionais da assistência sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente: estratégias e argumentos

Claudia Rabello de Castro

claudiarcastro@hotmail.com - FAP

Monica Rabello de Castro

Rabellomonica@uol.com.br - UNESA

Resumo

Este estudo objetivou a análise das representações sociais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dos profissionais de assistência do Município de Campos dos Goytacazes. Esta lei ainda suscita polêmicas, sendo a principal controvérsia direcionada à sua aplicação à realidade brasileira. Após 15 anos de vigência do ECA, mostra-se pertinente o exame dos alcances e limites atingidos por instituições voltadas para a sua implementação. Campos priorizou a assistência a crianças e declara ser o ECA o seu manual de trabalho. Articulando a teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, com as novas abordagens da retórica, objetivou-se consolidar uma metodologia de análise do discurso dos profissionais de assistência de Campos. Pressupõe-se que as representações sociais são reconstruídas constantemente pelas demandas do contexto e que essa reconstrução está relacionada aos acordos estabelecidos pela linguagem compartilhada pelos grupos sociais. Foram utilizados os conceitos de acordo, auditório e argumento, como tratados por Chaïm Perelman, e a análise de implícitos, de Oswald Ducrot. O conceito de metáfora, tal como estabelecido por George Lakoff e Mark Johnson, e o modelo da estratégia argumentativa, baseado na Teoria da Argumentação, orientaram a análise. Foram investigados os seguintes grupos de sujeitos, constituídos segundo suas funções nas instituições: RG - representantes governamentais, C - conselheiros e A - agentes educativos. Os grupos RG e C têm como elemento central o alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo ECA. O discurso dos primeiros centra-se na valorização da política de atendimento governamental. Os conselheiros colocam-se como defensores do ECA, mostrando preocupação em valorizar o seu trabalho, que sofreria o desprestígio por parte da sociedade. Bastante distante dos outros dois grupos, o grupo A mostra desconhecimento do ECA e uma naturalização do sentido do termo. É o único grupo, no entanto, que considera a criança e o adolescente como sujeitos capazes de transformar a sua própria realidade. Para os outros grupos a solução da problemática dessa população centra-se nas ações governamentais ou na correção da família. A principal dificuldade prática apontada pelos grupos RG e C é o atendimento aos meninos infratores. Culpam a família pela marginalidade e a consideram peça fundamental de aplicabilidade do ECA. Foi identificado em todos os grupos a culpabilização da família

pelos diversos problemas enfrentados pelas crianças e pelos adolescentes. A família culpada, no entanto, é especificamente a família pobre. Dessa forma, apresentam um estereótipo da pobreza associado a aspectos negativos seja de violência, de abusos de toda espécie, de falta de consciência, de falta de higiene etc. Para os agentes educativos, o ECA aparece como dificultador da prática disciplinadora ainda vigente. As representações destes sobre a prática indicam que esta ainda se pauta no Código de Menores.

Palavras-chave: Representações sociais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Análise do discurso retórico. Agentes educativos.

The social representations of the assistance professionals about Children and Adolescents Statute: strategies and arguments

Abstract

The aim of present study was to identify the analyzes of social representations about Children and Adolescents Statute (CAS) that is done by assistance professionals from the City of Campos dos Goitacazes. That law is still polemic and its main controversy is directed to its application to Brazilian reality. After 15 years, the exam of those controversies as well as the investigation, in specific contexts, of range and limits reached by institutions interested on its implementation, remains relevant. The city of Campos gave priority to children assistance and states that CAS is its guidebook. Through articulation of social representations theory, by Serge Moscovici, with new approaches of rhetoric, we intended to validate a methodology of rhetoric analyses of Campos assistance professionals speech. It is assumed that social representations are constantly reconstructed by context demands and that reconstruction is related to commitments established by language shared by social groups. Concepts of agreement, auditorium and argument, as it is stated by Chaïm Perelman, as well as implicit analysis, from Oswald Ducrot were used. Analyzes were oriented by the concept of metaphor, as it was established by George Lakoff and Mark Johnson, and the model of argumentative strategy, based on Argumentative Theory. Results showed some shared aspects in subject representations, that were grouped according its functions inside institutions in: GR - government representations, C - counselors and A - educative agents. RG and C groups have, as central representation, alignment to CSA established directions. The speech of the first ones is focused on value of governmental assistance politics. The last ones put themselves as CAS defenders, worried about valorizing their works, which could loose importance and prestige when faced to society. Far from the other two groups, group A shows CAS unfamiliarity and a nature concept of the law. However, it

is the only group where children and adolescents are considered as subjects that are able to change their own reality. For the others the solution of that population problem is focused on governmental actions or in family corrections. Main practice difficulty pointed out by RG and C groups is about Streets Children assistance. They blame family by marginality and consider it a fundamental piece of CAS applicability. For educative agents, CAS appears as something to difficult a corrective practice. Representations about ordinary practices pointed to them means to be submitted to the old law. Diverged aspects of the social representations were also analyzed in all three groups.

Key words: Social Representations. Children and Adolescents Statute. Rhetoric discourse analysis. Educative agents.

Introdução

O presente estudo objetivou a análise das representações sociais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sobre as dificuldades apontadas por profissionais que trabalham com a assistência à criança e ao adolescente do Município de Campos dos Goytacazes. A escolha desse município justifica-se por ser este um município que procurou implementar o ECA desde sua promulgação em 1990. A análise centrou-se em dois eixos: a concepção sobre a lei por parte dos que a aplicam e as dificuldades práticas do cotidiano de trabalho apontadas por esses profissionais.

Com objetivo de elucidar as questões que envolvem a dificuldade de implementação da nova lei no Brasil, buscou-se realizar uma análise do discurso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no depoimento de sujeitos que lidam com o planejamento, a fiscalização e a execução da assistência à infância e à adolescência em Campos, com o intuito de compreender como as representações do ECA para estes sujeitos fundamentam sua prática profissional, sobretudo no que diz respeito às dificuldades operacionais na implementação dessa lei.

Problemática

A principal controvérsia em torno do ECA é, ainda hoje, a sua aplicação à realidade brasileira. Segundo Cavallieri (1995), Juiz de Menores do Estado do Rio de Janeiro, existem objeções a quase todos os seus artigos, mas a maioria está relacionada a sua operacionalidade. É fato que o ECA não está sendo cumprido em muitos estados e municípios, quer por resistência das autoridades locais quer por dificuldades operacionais. O ECA ainda é considerado inviável, pelo menos em curto prazo.

Segundo Vogel (1995), o ECA não pode ser avaliado antes que seus dispositivos legais, a saber os conselhos, estejam atuando plenamente. Ele aponta dificuldades no que tange à qualificação dos profissionais de assistência. Essa questão parece básica para se pensar qualquer mudança na nova legislação. Se os mecanismos principais de funcionamento da lei não são acionados é pouco provável que a lei possa ser implementada a contento. Outra polêmica em torno do ECA é a responsabilidade penal de adolescentes. Existe um estereótipo no imaginário social, que associa a adolescência à violência, que sustenta uma imagem dos adolescentes como ameaça em potencial da qual a sociedade deve ser protegida. Nesse sentido, os direitos dos adolescentes são considerados privilégios, principalmente por aqueles que consideram todo adolescente pobre como um infrator em potencial. Assim, o ECA acobertaria os crimes cometidos por esses jovens.

A regulamentação sobre o trabalho infanto-juvenil também é polêmica. De modo geral, todos concordam que é prioritária para a criança e o adolescente a educação escolar. Três argumentos são utilizados como base de sustentação a favor do trabalho infanto-juvenil no Brasil. Eles centram-se nas condições de carência que grande parte das famílias brasileiras vivem. Primeiro, na ajuda que a criança e o adolescente podem dar com o seu trabalho na renda familiar; segundo, no benefício de treiná-las para vencer profissionalmente na vida adulta; terceiro, a possibilidade de que, com uma ocupação, a criança e o adolescente afastem-se do crime, seja roubo, tráfico ou prostituição.

Os argumentos contra o trabalho infantil afirmam que, em primeiro lugar, não é a criança que deve amparar a família e sim o contrário; segundo, que o trabalho árduo não é estágio necessário para uma vida bem sucedida, na verdade a realidade demonstra o contrário; terceiro, a marginalidade não é alternativa ao trabalho, pode mesmo se tornar seu complemento, na medida em que a priva a criança e o adolescente da escola, da família, do lazer e da cultura.

O Município de Campos foi um dos primeiros municípios do Brasil a criar e regulamentar o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMPDCA, cuja maior responsabilidade é traçar políticas e coordenar a aplicação de todos os recursos públicos destinados às ações voltadas para a criança e o adolescente no município. Cabe ao CMPDCA avaliar as ações existentes e definir as distribuições dos recursos, à luz das diretrizes estabelecidas pelo ECA. Foi criado em novembro de 1990 o Conselho Tutelar*, instrumento fundamental de fiscalização por parte da sociedade da garantia dos direitos da criança e do adolescente. Pode-se dizer que sem estes órgãos não se pode legislar a partir do ECA. Campos teve um

* Hoje existem três Conselhos Tutelares em Campos.

posicionamento pioneiro pelo menos no que diz respeito à criação da estrutura indispensável à aplicação da nova lei.

Assim, o presente estudo buscou investigar quais as dificuldades de implementação da nova legislação ocorrem num município progressista como Campos, que declaradamente adota o ECA como princípio fundamental de sua assistência à infância e à adolescência, e que, pelo menos no discurso oficial, não carece de recursos para desenvolver sua assistência.

Pressupostos teóricos

A partir de uma articulação da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 1989) com novas abordagens da retórica, aplicou-se uma metodologia de análise da retórica do discurso de grupos específicos visando-se consolidá-la. Pressupõe-se que as representações sociais constroem-se a partir da necessidade dos indivíduos de terem um conhecimento que forneça subsídios para as suas ações. Essa construção decorre de processos de orientação, sobretudo argumentativos, onde o sujeito negocia com seus grupos de referência sentidos dos quais decorrem posturas que adota perante os objetos sociais.

Pressupõe-se, também, que as representações sociais são reconstruídas constantemente pelas demandas do contexto e que essa reconstrução está profundamente relacionada aos acordos estabelecidos na dinâmica social do cotidiano pela linguagem compartilhada pelos grupos sociais. Nesse sentido, a análise dos processos retóricos fornece os subsídios para este estudo. O conceito de discurso é aqui entendido como o ambiente privilegiado onde se desenvolvem os processos de construção das representações sociais. Moscovici (2001, p.221) apresenta um esboço teórico considerando o discurso uma expressão observável dos particulares que podem ser generalizáveis para o coletivo. Ele tenta responder a seguinte questão: “Que instrumentos conceituais irão garantir uma generalização legítima dos fatos observados numa situação específica?”. Ou seja, como afirmar serem válidos para o coletivo o que advenha da observação de particulares? Ele afirma ainda que “toda reestruturação de nossas representações e conhecimento depende das interações do momento – no acontecimento como ele ocorre...” (*ibid.*, p.221).

Além disso, quais seriam os mecanismos segundo os quais a ação do ambiente social participa dessa reestruturação? Como acessar, através dos discursos sociais, as mudanças promovidas nos sujeitos, já que o contexto no momento em que coletamos o discurso é também uma fonte de alteração desses próprios discursos?

Essa questão remonta teoricamente à construção de uma teoria que dê conta não só de identificar os conteúdos comuns de representações sociais, mas, principalmente, de como os grupos de sujeitos atribuem valores a esses conteúdos, como hierarquizam esses valores, como se servem desses para tomar decisões, quando mudam de idéia, como agem, etc., ou ainda, como esses conteúdos são reconhecidos como legítimos pelo grupo. Como as interações entre um e outro – e entre outro e outro ainda – produzem algo que se pode identificar como comum. Metodologicamente, traduz-se na possibilidade de apreensão do macro através do micro na forma do discurso particular dos sujeitos.

Moscovici (2001, p.221) afirma que não se poderia compreender a extraordinária adaptabilidade da cognição humana se não admitíssemos que esses processos de adaptabilidade são elaborados a partir de um processo orientado na direção de temas comuns dos discursos. A partir da reflexão do conceito de tema ou *themata*, Moscovici (2001) pretende resolver a questão da passagem do micro para o macrossociológico, identificando no discurso os elementos que seriam característicos do pensamento comum. Significa dizer que os temas referem-se “a possibilidades de ação e experiência comum que podem se tornar conscientes e integradas em ações e experiências passadas”. Mazzotti (2002) discute o conceito de *themata*, tal como concebido por Moscovici, e alerta que há uma indiferenciação entre o conceito de *themata* e o de lugar comum (*topói*) de Aristóteles. Para ele, seria mais produtivo metodologicamente separar os significados desses dois conceitos porque nem sempre o tema comum tem o mesmo significado para o orador no momento da enunciação. O que diferencia temas comuns é o sentido do discurso, que se estruturaria a partir das metáforas utilizadas. Nesse caso, o mesmo tema comum poderia ser usado com diferentes sentidos quando associados a diferentes metáforas. O que é diferente é o modo como os sujeitos utilizam-se dos significados.

Lakoff e Johnson (1980) afirmam ser a metáfora não apenas uma figura de linguagem, no sentido de desvio do sentido literal, mas uma figura de pensamento, ou seja, um recurso cognitivo que estrutura o discurso e faz parte dos processos de construção do pensamento social, organizando as práticas discursivas dos sujeitos no sentido da economia da comunicação. A metáfora pode ser empregada também, e realmente com muito mais frequência, com o objetivo de assimilar e acomodar algo novo em esquemas e estruturas cognitivas anteriores. Mazzotti (2000) acredita que a metáfora é uma analogia condensada e que ela é usada no discurso para um dado objeto como “procedimento eficaz, tanto para desenvolver a sua crítica quanto para apreender os seus significados” (p.14). A metáfora ocupa lugar central na argumentação na medida em que tem grande poder persuasivo e organiza o pensamento coletivo. A identificação das

metáforas é tarefa central para apreensão do núcleo figurativo das representações sociais “uma vez que estabelecem e agenciam os predicados e lugares comuns” (p.112).

Neste estudo, utilizaremos os fundamentos da análise de Ducrot (1991) para extrair os implícitos do discurso dos sujeitos, reescrevendo suas falas, visando à construção das teses que eles defendem. A análise dos implícitos ajuda a encontrar as premissas ocultas no discurso. A identificação dos implícitos é fundamental, porque é a partir deles que identificamos os acordos estabelecidos entre os interlocutores.

O Modelo da Estratégia Argumentativa (CASTRO, FRANT; KINDEL, 2001; CASTRO, 2004, CASTRO, 2001) adota a premissa básica de que o sujeito elabora formas de argumentar que são “eficazes porque são compartilhadas por um grupo de pessoas e só são eficazes para esse grupo de pessoas” (CASTRO, FRANT *et. al.*, 2004, p.57).

O modelo da Estratégia Argumentativa visa reconstruir o discurso do sujeito através da identificação dos argumentos por ele utilizados e é baseado na Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1992). É um trabalho de reconstrução do texto de modo a tornar explícitas as regras de inferência que dão origem à tese defendida pelo sujeito. É necessário compreender a função da enunciação no próprio argumento.

Na montagem do argumento são extraídas as premissas (acordos) que são utilizadas pelo sujeito para justificar a sua tese. A construção da Estratégia Argumentativa relaciona os argumentos utilizados pelo orador na situação de diálogo, de forma a compor uma totalidade coerente. Castro (1997) considera que todos os elementos presentes nos argumentos fazem parte de uma estratégia do sujeito para afirmar sua tese. A análise deve explicar a presença desses elementos tendo por base a inteligibilidade do discurso do sujeito

Um outro conceito que se constituiu de grande ajuda na identificação do pano de fundo comum das representações sociais dos grupos estudados na presente tese foi o conceito de montagem, desenvolvido por Eisenstein (1990). O processo de formação das representações passaria por processos análogos à montagem de um filme. Segundo o autor, a montagem de um filme deve produzir uma seqüência de cenas que possibilitem ao espectador evocar a mesma idéia do diretor. Para isso, o diretor escolhe algumas imagens que indiquem o sentido do roteiro. Muitas vezes o explícito se torna redundante, na medida em que o espectador faz o processo análogo ao do diretor, ou seja, ele monta o sentido da cena. Na seqüência de cenas o espectador é induzido a recriar as cenas que faltam.

Da mesma forma, quando um orador monta seu discurso, ele faz uma montagem de palavras e expressões que induzem o interlocutor a evocar os significados a partir de uma

imagem comum que possibilite ao interlocutor compreender o sentido pretendido pelo orador.

No presente estudo, a montagem da estratégia argumentativa dos discursos foi utilizada de modo a dar uma inteligibilidade contextual às falas. As metáforas foram consideradas dentro do contexto de enunciação organizando os sentidos do discurso dos sujeitos, de forma que se pudessem extrair os elementos relevantes das representações sociais dos sujeitos do objeto de estudo da pesquisa.

Objetivos

O objetivo principal desse trabalho foi investigar as representações sociais sobre o ECA e sobre as dificuldades relacionadas às práticas profissionais por parte de representantes de instituições municipais de planejamento, fiscalização e execução das políticas públicas de assistência à infância e à adolescência, no município de Campos dos Goytacazes.

Metodologia

Buscou-se analisar o discurso dos seguintes grupos de profissionais municipais de assistência: representantes de entidades governamentais de planejamento e fiscalização das políticas públicas de assistência à infância e à adolescência; conselheiros tutelares e representantes do Conselho Municipal de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA) e coordenadores e agentes educativos de programas de uma instituição municipal, considerada pela Prefeitura de Campos o modelo de assistência à infância, a saber, a Fundação Municipal da Infância e da Juventude – FMIJ.

Os discursos foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas individuais, em dupla ou em grupo. Foram entrevistados 31 sujeitos em um total de 22 entrevistas: 15 individuais; seis em duplas e uma em grupo. Os sujeitos foram identificados a partir de letras e números. A letra indica o grupo e o número identifica o sujeito. O grupo de representantes governamentais foi identificado a partir somente de letras, por ser relevante a identificação da instituição a qual pertencem.

No grupo de representantes governamentais (**RG**) foram entrevistados cinco sujeitos: o Juiz da Infância e da Adolescência (**RGJ**); a Presidente do CMPDCA e da FMIJ (**RGCF**); a Presidente da FMIJ (**RGF**); a Secretária de Promoção e Desenvolvimento Social (**RGSP**) e a Coordenadora de educação da Secretaria de Educação (**RGSE**).

No grupo de conselheiros (C) foram entrevistados cinco conselheiros tutelares (CT) e duas assistentes sociais do Conselho de Direitos (CD).

No grupo de agentes educativos da FMIJ foram entrevistados 19 sujeitos: dez coordenadores de programas e projetos (AC); duas diretoras de creches e cinco professoras de creches (AE).

A análise objetivou reconstruir os trechos das entrevistas nos quais os sujeitos respondessem às principais questões da pesquisa, montando um esquema com a estratégia argumentativa de cada discurso. Na montagem da estratégia dos sujeitos, foram incluídos os implícitos e as metáforas não explícitas no texto. A partir do esquema resultante foram extraídos os acordos utilizados nas teses defendidas pelos sujeitos. As teses defendidas pelos sujeitos que apresentaram acordos baseados no real — verdades, fatos e presunções — foram consideradas como centrais das representações dos sujeitos, na medida em que afirmam idéias mais arraigadas, reificadas, e por isso traduzam os elementos mais estáveis das representações. As teses que apresentaram acordos baseados no preferível — valores, hierarquias e lugares do preferível — foram identificadas como condicionadas à hierarquia de valores adotada pelos sujeitos, pois expressam os elementos que funcionam condicionalmente em função do grupo, da situação e do contexto em que estão inscritos.

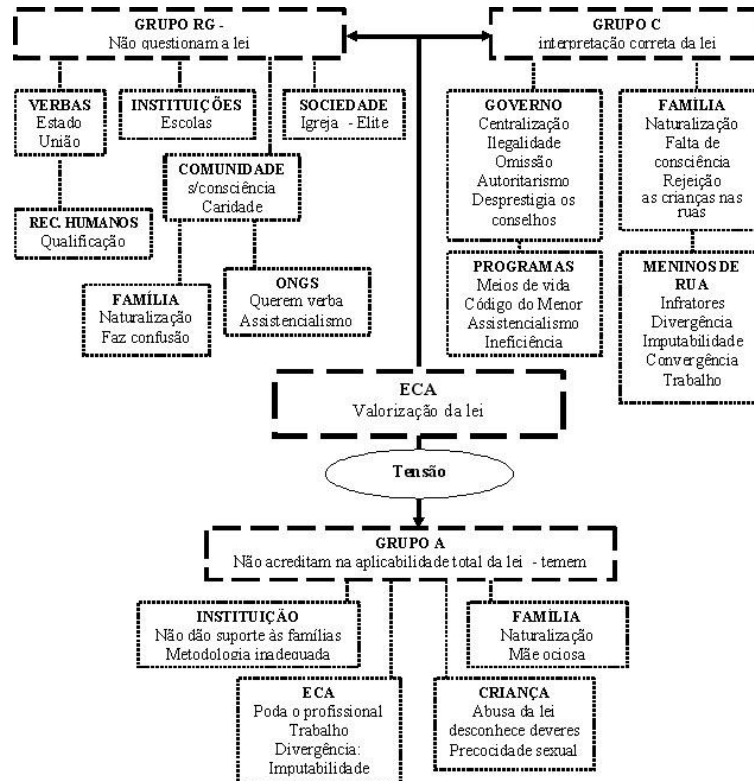
A divisão proposta neste estudo de elementos centrais e condicionais não se remete às abordagens de J-C Abric e C. Flament. A centralidade pretendida nessas concepções refere-se à estrutura das representações. São elementos que se associam numa intensidade maior ou menor aos objetos estudados. No caso, não se buscou aqui uma descrição estrutural. A centralidade consistiu na estabilidade dos elementos das representações, ou seja, estão mais referidas à dinâmica das representações. Nesse caso, os elementos centrais são mais estáveis e relacionados ao que o orador acredita fazer parte da realidade independente do sujeito. Os elementos condicionais referem-se ao que é considerado pelo orador como ideais estabelecidos pelo próprio sujeito e seu grupo de referência, que ele acredita não ser compartilhado universalmente. Essa diferença é fundamental para as posturas que o sujeito adota perante os objetos sociais.

Resultados

Os resultados mostram alguns aspectos centrais nas representações dos sujeitos, aspectos estes, no entanto, que derivam de práticas distintas. Os esquemas dos grupos mostraram uma maior complexidade quanto mais se aproximaram do grupo dos representantes governamentais, sendo mais simples no grupo dos agentes educativos. A dinâmica da

assistência no Município de Campos é pautada pela valorização do ECA, na medida em que todos os sujeitos, de uma forma ou de outra, precisam representá-lo, ainda que no grupo dos executores essa representação esteja mais diretamente relacionada com o fazer, a prática, do que com a teoria. Estes últimos tendem a estabelecer uma tensão entre uma valorização e uma desvalorização. Acreditam ser difícil ou mesmo impossível a aplicação da lei, além de criticá-la pelo fato de não poderem utilizar-se de práticas disciplinadoras tradicionais, baseadas em constrangimentos de ordem física e moral. O ECA insere-se no trabalho dos representantes governamentais como uma ferramenta de trabalho, pois encarna a vontade política do governo municipal. Já no grupo dos conselheiros, o ECA é a lei que orienta a prática, que vai ajudá-los a exercer a sua função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. No grupo dos agentes educativos, o ECA é identificado com as ações determinadas pelas instituições. O esquema abaixo ilustra o cruzamento entre os esquemas dos três grupos relacionados aos elementos das representações.

ESQUEMA 1. Comparação dos esquemas dos grupos RG, C e A



Os grupos **RG** e **C** apresentam como representação central o alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo ECA. Para eles, seguir o ECA é óbvio, porque é a lei, é da ordem natural do próprio cargo que ocupam, tanto que nenhum deles justifica esse alinhamento, embora tenham restrições a alguns artigos específicos ou mesmo sugestões de reformulações. No entanto, o sentido do discurso dos primeiros mostra uma associação entre a lei e as ações políticas, que têm como consequência a representação de que é através da vontade política da elite governamental que serão solucionados os problemas das crianças e dos adolescentes. O discurso dos conselheiros orienta-se no sentido de valorizar o seu trabalho, na medida em que sentem que não são prestigiados pela elite governamental. Nesse sentido, identificam-se como defensores do ECA. O grupo **A** concebe o ECA como uma entidade que tem poder de fazer coisas: impedir os pais de maltratarem as crianças, de explorá-las no trabalho, de puni-los etc. Estão mais distantes da lei, afirmam mesmo que não a conhecem o suficiente. Concebem o ECA como uma regra que tem que ser seguida, como um jogo que você joga sem saber as

regras. Este grupo lida diretamente com a criança e o adolescente, porém não lhes é dada voz para participar das decisões relacionadas às diretrizes do trabalho assistencial. Atribuem coisas boas e ruins como consequência do aparecimento da lei. Representam a lei como algo distante do trabalho que realizam e a desvalorizam na medida em que a vinculam com as restrições ao seu trabalho estabelecidas pela instituição em que trabalham.

RGJ, o representante da Justiça, não considera que o ECA tenha causado uma ruptura em relação às leis anteriores, como é o caso dos outros sujeitos do grupo. Ele expressa até mesmo uma certa dúvida sobre a possibilidade da filosofia do ECA ser capaz de resolver o problema das crianças e dos adolescentes. Ele afirmou que não acredita na boa vontade dos representantes políticos de Campos, dizendo haver uma distância grande entre o discurso destes e as ações implementadas. Dessa forma, sua concepção do ECA está mais orientada para as dificuldades de operacionalização.

Apresentamos a seguir os quadros que resumem os elementos centrais e condicionais das representações sociais dos grupos investigados, relacionados aos dois eixos da pesquisa.

Esquema 2

CONCEPÇÕES SOBRE O ECA
<p>ELEMENTOS CENTRAIS Naturalização do ECA > Não questionam a lei, a lei tem que ser cumprida (VERDADE) LEI direcionada para resolver o problema da criança e do adolescente carente (FATO)</p>
<p>ELEMENTOS CONDICIONAIS</p>
<p>GRUPO RG - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS Pressupõem conhecer a correta interpretação - O conhecimento é fundamental (valor) Valorização do conhecimento formal ECA se relaciona com ações políticas - Diretriz da assistência governamental O importante para o ECA é a política de Assistência (valor) Implementação - Fortalecimento do núcleo familiar (valor) A prevenção da marginalização através da educação (valor) Depende de vontade política e de recursos X Depende de uma metodologia vitoriosa</p>
<p>GRUPO C - CONSELHO TUTELAR E ASSISTENTES SOCIAIS DO CMPDCA Preocupam-se em interpretar corretamente a lei - O conhecimento é necessário (valor) Valorização da sociedade civil ECA se relaciona com as ações da sociedade civil - Diretriz do trabalho da sociedade civil O importante para o ECA é a participação da sociedade civil organizada - instituições Implementação - Fortalecimento dos programas de atendimento como retaguarda para suprir a carência da família (valor) A prevenção da marginalização através da educação e o treinamento para profissionalização Qualificação do trabalho dos profissionais visando a reintegração da criança e do adolescente à família Depende de recursos, do trabalho e do perfil do profissional - experiência e dom</p>
<p>GRUPO A - AGENTES EDUCATIVOS FMIJ - COORDENADORES E EXECUTORES Preocupam-se em seguir a lei A teoria é diferente da prática - conhecimento ajuda, mas a prática é fundamental - coordenadores (lugar do preferível) Tensão entre a valorização e a desvalorização do ECA não é uma questão (hierarquia) Identificação do ECA com as ações dos políticos e das instituições Temem o ECA - executores Implementação - O importante é conhecer a criança e o adolescente - sujeito que age (valor) O trabalho instrumentaliza para a vida Trabalho com as mãos (pesado) para a sobrevivência e para desviar da marginalidade A educação e o trabalho como meio de promoção social Depende do trabalho de equipe Depende do trabalho social da instituição e do profissional - experiência e amor</p>

A metáfora utilizada por um agente educativo diz que o ECA é como um remédio que foi jogado goela abaixo. É essa imagem que deve ser atribuída à dinâmica da assistência governamental de Campos. Significa que eles apenas executam as decisões, mas não participam delas. Os coordenadores atualmente sentem-se amparados pela lei, quando têm dúvidas no trabalho. Alguns coordenadores consideram que seu trabalho é dificultado pelo ECA quando querem disciplinar ou chamar a atenção das crianças ou adolescentes. A maioria considera o jovem de 16 anos capaz de responder pelos atos ilícitos que cometem e consideram a inimputabilidade penal dos jovens de 16 anos prejudicial, porque eles utilizam a lei como escudo para a prática de atos infracionais. Os agentes executores consideram-se ameaçados pela lei, temem ser punidos em função dos acidentes corriqueiros das crianças e não vêem chance de se defenderem.

Uma representação central dos grupos **C** e **A** refere-se à dificuldade do trabalho social e a um perfil específico para esse profissional. Estes estão mais em contato com a população que atendem. Eles estabelecem uma hierarquia de valores das características mais importantes para o trabalho que desenvolvem. Todos acreditam ser esse um trabalho difícil, que para ser feito a contento precisa ser motivado mais pelo amor e a dedicação e menos pelo conhecimento. O conhecimento é valorizado na medida em que instrumentaliza para prática. O argumento é baseado no lugar do preferível, a teoria é diferente da prática, ou seja, é melhor ter a prática mesmo sem teoria do que a teoria sem a prática. É baseado no valor do trabalho desse profissional que é tão desvalorizado pela sociedade, inclusive nos baixos salários das categorias.

Esquema 3

DIFICULDADES DA PRÁTICA
ELEMENTOS CENTRAIS Culpabilização da família > Naturalização da família carente (fato)
ELEMENTOS CONDICIONAIS
GRUPO RG - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS Desvalorização do Estado e da União Valorização da integração entre as instituições Desvalorização da metodologia empregada - RGJ Desvalorização da sociedade, da família e da criança como capazes de participar do processo assistencial Desvalorização das iniciativas privadas Assistencialismo X Política de Assistência
GRUPO C - CONSELHEIROS TUTELARES E ASSISTENTE SOCIAIS DO CMPDCA Desvalorização do Governo do Município Valorização do trabalho do profissional Assistencialismo (negativo) X Política de Atendimento (positivo) Desvalorização da sociedade e da família como capazes de participar do processo assistencial Valorização das iniciativas privadas Valor do Trabalho Adolescente Meio de integração social/ desvia da marginalidade (positivo) X Ruim porque prejudica a educação formal (negativo) Valor da Imputabilidade Contem os adolescentes infratores X Pode ser recuperado
GRUPO A - AGENTES EDUCATIVOS (COORDENADORES E EXECUTORES) Valor do ECA Tira do trabalho e prevê com os cuidados básicos X Pode e pune o profissional Valor do Trabalho Adolescente: Evita o ócio e desvia da marginalidade X Desvia dos estudos Valor da Imputabilidade Penal Bem para os meninos bons X Ruim para os meninos maus Valor da Criança Pode mudar X Resiste às ações educativas

O grupo A, que diretamente com

lida as crianças e

adolescentes, é o único que fala da população que atende numa perspectiva mais prática. É o único que considera a criança e o adolescente como sujeitos que têm uma participação no processo assistencial. Este grupo considera que as crianças e os adolescentes poderiam transformar a sua realidade, seja pela aquisição de conhecimento formal, seja pela possibilidade de profissionalização, mas numa perspectiva pessoal e não institucional. As dificuldades apontadas pelos outros grupos são conjunturais como a falta de recursos, a falta de integração entre as instituições, os conflitos políticos e interinstitucionais etc. A família aparece como o grande problema e onde devem ser concentrados os esforços educativos, para que ela faça parte da mudança desejada.

Conclusão

A assistência à infância e à adolescência campista enfrenta obstáculos relacionados, principalmente, à falta de conhecimento da lei e de seus princípios e aos aspectos culturais associados a uma tradição que concebe a criança e o adolescente ainda como sujeitos que devem ser socializados através de um disciplina limitadora, contrária às novas concepções adotadas pelos setores mais progressistas de nossa sociedade.

No que tange à garantia aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, as diferenças que existem relacionadas ao acesso a esses direitos por parte dos grupos mais favorecidos e dos menos favorecidos ainda é grande. O Estatuto é uma lei concebida

para dar solução para a pobreza do nosso país e não como uma forma de emancipar esse segmento social. Desse ponto de vista, a implementação do ECA tem poucas chances de sucesso.

Pensar o ECA como uma lei inviável no Brasil, em função de problemas sociais profundos, é deixar de lado o empenho para a construção de um imaginário brasileiro compatível minimamente com a sua elite intelectual. Nesse sentido, não adianta 95% das crianças estarem na escola, se essa escola não as instrumentaliza para o mundo moderno. As populações menos favorecidas devem ter acesso às informações para que possam participar de decisões que dizem respeito a seu próprio destino. A assistência campista caracteriza-se pela centralização das decisões no âmbito governamental. Os resultados esperados centram-se em números e nos efeitos destes na opinião pública, visando à manutenção do poder central de decisões relacionadas às verbas públicas. Não existe preocupação em avaliar os resultados, do ponto de vista das mudanças que as ações têm na promoção das populações a que se dirigem. Dessa maneira, este estudo pode ser um alerta para a reflexão autocrítica sobre os critérios de avaliação das ações que são realizadas, principalmente no que diz respeito a dar voz aos que efetivamente dão vida a essas políticas.

Referências

- CASTRO, C. R. Meninas de rua e gravidez: um ideal de valorização social. *Educação e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.157-165, ago./dez., 2004.
- _____. Articulação da retórica e da memória social com a teoria das representações sociais. *Revista Eletrônica Polêmica*. Rio de Janeiro, n.3, (out./nov./dez.), LABORE – UERJ, 2001.
- CASTRO, M. R. *Retóricas da Rua: educador, criança e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Edusu/Amais, 1997.
- CASTRO, M. R., FRANT, J. B. *et al.* O conceito de montagem para análise e compreensão do discurso. *Boletim GEPEN*. Rio de Janeiro, v.44, p. 43-62, 2004.
- CASTRO, M. R., FRANT, J. B.; KINDEL, D. S. Estratégia argumentativa: um modelo para pesquisa em sala de aula. ENDIPE, X, 2001, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.
- CAVALLIERI, A. *Falhas no Estatuto da Criança e do Adolescente – 395 objeções*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann, éditeur des sciences et des arts, 1991.

- EISENSTEIN, S. *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- JODELET, D. Représentations sociales: un domaine un expansion. In: JODELET, Denise (Org.). *Représentation sociales*. Paris: PUF, 1989.
- LAKOFF, G.; E JOHNSON, M. (1980) *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/ Campinas/ Mercado das Letras Edições e Livraria, 2002.
- MAZZOTTI, T. Núcleo figurativo: themata ou metáforas. *Psicologia e educação*, n.14/15, p.105-114, 1º e 2º sem de 2002.
- MAZZOTTI, T. B.; Oliveira, R. J. *Ciências da educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.
- MOSCOVICI, S. *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- _____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PERELMAN, Ch. ; ÖLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1992.
- VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto – propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño – Amais - Cespi/USU, 1995.

Apresentado ao Conselho Editorial em 15/03/2007 aprovado em 20/06/2008